

# Paradigmas nacionalistas e concepções acerca da educação no Brasil: cientificismo, nacionalismo e ciências normativas para a ordem e o progresso

Nationalist paradigms and conceptions about education in Brazil: scientism, nationalism and normative sciences for order and progress

*Jefferson Rodrigues Barbosa\**

**Resumo:** no Brasil do século XX o debate entre intelectuais sobre proposições acerca do Estado e políticas educacionais no período da gênese republicana era orientado para a busca do que foi denominado “modernização da Nação”. A direita do espectro político estes debates propiciaram manifestações marcadas por influências de concepções conservadoras e liberais, entretanto, as polêmicas e projetos sobre a educação nacional aqui se concretizaram em paradigmas também de fundamentos cientificistas; como o organicismo e a “sociologia cristã”. O artigo apresenta um introdutório panorama de algumas manifestações, com ênfase numa interpretação crítica das concepções funcionalistas, segundo Fernandes (1994) que marcaram as proposições sobre a educação no Brasil, sob uma perspectiva instrumental para a orientação de condutas normatizadas para a propalada “ordem e o progresso”.

**Abstract:** in twentieth-century Brazil, the debate among intellectuals about propositions about the State and educational policies in the period of the republican genesis was directed toward the search for what was called "modernization of the Nation." To the right of the political spectrum these debates led to manifestations marked by influences of conservative and liberal conceptions, however, the polemic and projects on national education here materialized in paradigms also of scientific foundations; such as organicism and "Christian sociology." The article presents an introductory overview of some manifestations, with emphasis on a critical interpretation of functionalist conceptions, according to Fernandes (1994), who marked the propositions about education in Brazil under an instrumental perspective for the orientation of normatized behaviors for the so-called "order and the progress".

**Palavras-chave:** Educação. Paradigmas. Sociologia. Cientificismo.

**Keywords:** Education, Paradigms. Sociology. Scientism.

## Introdução

Poucos anos depois da entrada dos sociólogos nos círculos políticos da França no contexto da Terceira República, positivistas e funcionalistas foram os demiurgos das políticas públicas de alguns dos principais Estados contemporâneos no ocidente, no início do século XX.

O rearranjo de engenharia social elaborado por Emile Durkheim e seus discípulos encontrou eco também na denominada “inteligência nacional

---

\* Professor de Teoria Política da Universidade Estadual Paulista - Unesp. E-mail: jefferson.barbosa@unesp.br

brasileira” e no modelo republicano em desenvolvimento na primeira metade do século XX. Foram nos modelos científicos europeus então em voga que os intelectuais brasileiros do período acreditaram obter conhecimentos para um novo ordenamento da sociedade brasileira (PECAULT, 1990; MICELI, 1979).

No Brasil o ideal de Benjamin Constant de fazer da sociologia uma das ferramentas para a construção da nação, influenciou as primeiras gerações de pensadores republicanos no século XX, entretanto, além das manifestações de intelectuais marcadas pelo nascente pensamento sociológico, também concepções sobre com ideias religiosas e político-partidárias, naquele contexto, influenciaram a divulgação de publicações de caráter cientificista sobre a “realidade nacional”. Isso proporcionou no país, de forma inédita debates e escritos inspirados em matrizes teóricas diversas; entre elas destacaram-se concepções organicistas, nacionalistas, e, proposições de caráter moral e religioso, como fundamentos para projetos políticos de reorganização do Estado. As novas ciências, e as manifestações políticas ideológicas que influenciaram os rumos das políticas educacionais que marcaram aquela conjuntura buscavam sobretudo orientar a “educação para a modernização da nação”, apresentando fundamentos acerca da possibilidade de normatização dos comportamentos sociais.

## A educação como pilar para construção da identidade nacional: positivismo e funcionalismo e influências organicistas

O Estado nacional republicano começava a ganhar novos contornos arquitetônicos e institucionais no período das primeiras décadas do século passado, materializados no complexo burocrático-administrativo do governo federal e dos governos estaduais mais prósperos, contexto onde o setor educacional ganhou grande impulso, com as iniciativas de Getúlio Vargas no primeiro grande êxito na articulação das bases da proposta de um sistema de ensino integrado, com a proposição de modelos curriculares nacionais, subsidiando a política de expansão do sistema educacional. Exemplo da preocupação com a questão educacional no projeto político varguista foi a inauguração, em 1930, do Ministério da Educação.

O país tinha o desafio de submergir gradualmente de sua realidade agrarista e colonialista, e estava sendo conduzido a um novo direcionamento de suas ambições de projeção como nação moderna. Isso abriu margem à valorização da temática educação, influenciando ações e debates entre as correntes políticas então em voga, exercendo novas determinações sobre o pensamento dos intelectuais e políticos contemporâneos aquele período histórico, no sentido de valorização dos papéis intelectuais e na defesa da ampliação de um sistema público de ensino básico e superior, diante das altíssimas taxas de analfabetismo.

A modernização da nação pressupunha a modernização dos padrões culturais e da construção de uma identidade nacional construída no sentido de obtenção de consenso para formas de “solidariedade orgânica”, segundo interpretação da categoria funcionalista durkheimiana.

Para Pécault (1990), os intelectuais dos anos 1925-1940 mostraram-se, sobretudo, interessados com o problema da identidade nacional e das instituições. Do período da Proclamação da República até a Primeira Guerra, o pensamento europeu exerceu influência entre as elites nacionais. A partir da década de 1920, desenvolvem-se novas reflexões, caracterizadas por um enfoque sociológico na análise da realidade nacional, guiadas pela busca de um pensamento nacional independente de modelos estrangeiros.

Duas tendências, então, começaram a se delinear e a se cristalizar nesse cenário do debate intelectual brasileiro. Em primeiro lugar, a emergência, cada vez mais forte, do nacionalismo, que conterà dois subtemas: o primeiro deles é a necessidade de uma nação una, unificada e harmoniosa, que não sofra periodicamente convulsões. Para isso será necessário começar a pesquisar a verdadeira base sobre a qual se constitui a nação. O segundo subtema é a emergência, nesse caso mais lenta, de algo que está quase sempre embutido no nacionalismo: a oposição ao externo, a tudo que é exterior, exógeno.

A segunda tendência será a lenta cristalização de um pensamento ou ideário intervencionista e centralizador, fundamentado sob uma perspectiva de modernização pela qual a sociologia é privilegiada como princípio de organização social científico. Para esse pensamento não se tratará, é claro, de propugnar a volta ao “velho”, representado na nossa herança política senhorial, mas sim de repensar a república forte, que escapasse das flagrantes deficiências da República liberal.

Segundo Lima e Cerqueira:

Por um lado, a introdução da análise sociológica no esforço de reinterpretação da realidade brasileira. Por outro, a afirmação da necessidade de se elaborar um pensamento social autônomo, capaz de equacionar os problemas nacionais, bem como identificar suas soluções, a partir de sua perspectiva própria, libertando-se de modelos estranhos a nossa realidade [...]. No pensamento social, esta preocupação com o conhecimento da realidade brasileira se faz sentir desde Sílvio Romero, evoluindo através das obras de Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, entre outros. Porém, é com Oliveira Vianna, Alberto Tôrres, Azevedo Amaral e Licínio Cardoso para citar um dos nomes mais representativos, que, este esforço de interpretação e análise da organização social e política do Brasil, alia-se a preocupação com a utilização de categorias sociológicas, rompendo com o tipo de análise meramente descritiva e normativa então dominante (LIMA; CERQUEIRA, 1971, p. 109).

Alberto Torres, Oliveira Vianna e Jackson de Figueiredo foram alguns dos expoentes mais representativos neste contexto de discussão acerca dos “rumos da nação”. E os temas por eles abordados estiveram presentes no debate de intelectuais que arquitetaram os primeiros incentivos à introdução de uma estrutura educacional e científica para dar subsídios ao desenvolvimento do País.

Intelectuais conservadores, liberais, comunistas, anarquistas e católicos discutiram a necessidade de um novo modelo de Estado para a jovem República. É naquele contexto de busca por um projeto de Estado adequado à realidade do país que estes intelectuais de tendências políticas diversificadas buscaram subsídios nas novas ciências para seus projetos de governo. Assim, as novas áreas do conhecimento científico, como a sociologia, poderiam, segundo as expectativas, suprir as demandas para a aplicação de conhecimentos teóricos

a fundamentar as ações práticas de governo, no que denominamos hoje de políticas públicas.<sup>1</sup>

Educadores influentes nas esferas governamentais, como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, entre outros, buscavam instrumentais necessários para construir as estruturas que pudessem, segundo suas expectativas, garantir as condições para o Brasil alcançar a modernização conquistada pela Europa e pelos EUA.

A gênese da sociologia brasileira, entretanto, também foi marcada por proposições marcadas por um evidente fundamento cientificista, baseadas em interpretações e princípios moralizantes.

A institucionalização da Sociologia e sua instrumentalização voltada à legitimação das políticas governamentais e a fundamentação de publicações e discursos, que colaboravam com o ordenamento social, era interpretada por intelectuais do governo como uma ferramenta e campo de saberes favoráveis à modernização do País, como apontado.

Fernando de Azevedo, no contexto do processo de implantação dos projetos de para o Governo Federal e para Governos Estaduais, defendia que “[...] a especialização das tarefas intelectuais no complexo de divisão do trabalho social é um dos mais importantes critérios gerais de progresso”.<sup>2</sup>

Sobre a influência do pensamento de Spencer entre os intelectuais brasileiros, Meucci (2000) nos possibilitou a compreensão de que a presença de Augusto Comte foi também contrabalaneada pelas concepções organicistas do evolucionismo social da teoria spenceriana.<sup>3</sup>

Elementos argumentativos de caráter religioso ou organicista marcaram

---

<sup>1</sup> Para uma análise introdutória ao estudo das relações entre os intelectuais brasileiros e as questões educacionais nas primeiras seis décadas do século XX consultar Bomeny (2001).

<sup>2</sup> “O progresso exige uma passagem gradual do homogêneo ao heterogêneo, do simples ao composto para diferenciação”<sup>2</sup> - “A diferenciação é condição de progresso. [...] É tanto mais perfeito o corpo em que são mais claras e definidas as atribuições de cada uma de suas partes. Não há limite para a diferenciação, um corpo pode, pois, sempre ser completado, aperfeiçoado no sistema regulador”. (CARVALHO, 1931, p. 92 *apud* MEUCCI, 2007, p. 105-106)

<sup>3</sup> “Todas as citações que aqui selecionamos tomam como referência as idéias de Spencer, já bastante difundidas entre nossa intelectualidade. Especialmente a difusão dos conceitos de progresso fizera de Spencer um dos autores mais freqüentes nos manuais de sociologia publicados entre as décadas de 20 e 40 deste século, e cuja apropriação fora mais rica em conseqüências. Podemos até afirmar, o impacto de suas idéias fora mais significativo para a constituição da sociologia no Brasil do que as idéias de Comte. Vale, pois, lembrar, a assimilação do conceito de progresso de Spencer entre a intelectualidade brasileira data do final do século XIX, particularmente a partir de 1889, quando muitas transformações repentinas exigiram a adoção de categorias que auxiliassem na reinterpretação da dinâmica social. [...] Mas o que é, precisamente, o progresso para Spencer? Em verdade, Spencer estende a evolução orgânica para a compreensão da dinâmica social. Isso significa dizer que, para ele, as sociedades humanas estão submetidas à lei inexorável da natureza que comanda um processo de transformação constate dos organismos. Trata-se de uma lei que determina os organismos, como também as sociedades obedecem a uma lógica de crescente complexificação, de uma passagem do homogêneo confuso ao heterogêneo coordenado, nas palavras do autor inglês. [...] A nação corresponde assim, a etapa mais evoluída da evolução social que resulta da complexificação crescente dos tipos mais simples de organização da divisão do trabalho social. Nossos autores, com efeito se inspiraram neste conjunto de idéias de Spencer, uma imagem da sociedade que fora amplamente aceita e divulgada com a chancela científica da sociologia. Não devemos esquecer, contribuiu de modo fundamental, para a formulação desta imagem também o conceito de solidariedade orgânica de Durkheim. [...] A idéia de sociedade que se difundira entre os primeiros pensadores sociais no Brasil tinha, assim, a feição de um imenso e complexo organismo onde todos os seus membros cumprem igualmente e solidariamente funções importantes para a sua sobrevivência” (MEUCCI, 2000, p. 106 -109).

a gênese da Sociologia e, em específico, da sociologia brasileira, propiciando fundamentos cientificistas para a perspectiva de valorização da nação e do patriotismo.

A respeito das influências de concepções cientificistas na gênese da Sociologia, como o organicismo e o naturalismo, Lukács, na obra “O assalto à razão”, afirmou que são tendências reacionárias de modos de conceber o mundo e as relações sociais:

O biologismo sempre deu origem, na filosofia e na sociologia, a tendências reacionárias no modo de conceber o mundo. Claro, isso não tem nada a ver com a biologia como ciência. É mais um resultado das condições da luta de classes que, a serviço de tendências reacionárias, usam conceitos e métodos pseudo-biológicos como instrumento adequado de luta contra a concepção de progresso. Esse uso de conceitos biológicos desfigurados e deformados é apresentado na filosofia e na sociologia, ao longo da história, seja de forma simplista ou com caracteres refinados, dependendo das circunstâncias. Podemos, no entanto, afirmar que a aplicação de analogias orgânicas ao Estado e à sociedade como um estado "natural" (LUKÁCS, 1959, p. 538 – tradução nossa<sup>4</sup>).

As influências das concepções organicistas firmaram presença no Brasil entre intelectuais liberais e conservadores, com o imaginário de que o Brasil era um país em formação e que encontrava nas esperanças depositadas nas novas ciências como a sociologia, que poderiam contribuir para o melhoramento social, possibilitando aos estudantes, segundo aquela perspectiva, padrões de civismo e despertando o sentimento nacionalista, de fidelidade e obediência à pátria.

A imagem fornecida pelos livros de alguns destes primeiros sociólogos, ou escritores, sem formação na área, que produziam textos de análise social era orientada na perspectiva de que a conduta social dos cidadãos, admitidas como adequada, era a conduta do indivíduo normatizado, resultado da inserção do “Outro” em seu intelecto e comportamento. Este “Outro”, é a sociedade e seus fatos sociais, que deveriam ser interiorizados pelos indivíduos integrantes do corpo social, através da adesão aos valores de respeito à ordem e à nação, como apontou a pesquisadora Heloísa Fernandes (1994).

O dispositivo pedagógico do teórico funcionalista tem como objetivo de suas formulações sobre as interações entre sociedade, sistema educacional e indivíduos: “[...] a troca pelo desejo de culpa pelo desejo de reconhecimento; onde as energias dos estudantes são enquadradas e oferecidas como alimento à consciência coletiva, segundo a categoria de Durkheimiana” (FERNANDES, 1996, p. 184).

As concepções funcionalistas de Durkheim, em “A Educação Moral”, enfatizam a ideia do processo educacional como um sistema integrador

---

<sup>4</sup> “El biologismo há dado siempre pie, em filosofía y em sociología, a tendencias reaccionarias en cuando al modo de concebir el mundo. Claro está que ello nada tiene que ver con la biologia como ciencia. Es más bien un resultado de las condiciones de la lucha de classes que, al servicio de las tendencias reacionárias, se valen de los conceptos y de los métodos seudo-biológicos como instrumento adecuado de la lucha em contra de la concepción del progreso. Este empleo de coeptos biológicos desfigurados y deformados se presenta en la filosofía y em la sociología, a lo largo de la história, ya bajo una forma simplista o com caracteres refinados, según las circunstancias. Podemos, sin embargo, afirmar que la aplicación de las analogias orgânicas al Estado y a la sociedad como um estado “natural” [...]”.

responsável pela socialização. O autor via na educação o meio pelo qual a sociedade se perpetua, pois transmite valores morais “que integram a sociedade”. Assim, compreende-se que os reflexos das perspectivas educacionais funcionalistas proporcionaram subsídios para a configuração de uma formação cultural fundamentada em pressupostos hierárquicos, popularizando a difusão da autoridade do Estado e da necessidade de submissão dos indivíduos a “ordem” fundamentada em clamores patrióticos.

A sociedade como ordenamento moral e político consolidar-se-ia somente com pessoas comprometidas com o Estado, este que alcançaria a modernização somente pelas “leis do progresso social”.

As concepções funcionalistas e organicistas de ordenamento social no período em questão, fundamentadas em categorias sociológicas, proporcionaram subsídios para perspectivas nacionalistas de legitimação das políticas do Estado, como foi apontado.

Entretanto, naquele contexto, as concepções positivistas e funcionalistas também foram instrumentalizadas por intelectuais católicos, que encontraram subterfúgios para a elaboração de suas propostas de ordenamento social em expressões oriundas de uma perspectiva cientificista da sociologia.

A influência do cientificismo proporcionou a aguda crítica de setores intelectuais conservadores, pois a ciência e a razão, alterando profundamente a concepções sobre o homem e a sociedade nos jovens países republicanos no início do século XX, era um obstáculo à manutenção a hegemonia de setores tradicionais, como a igreja e a elite agrária.

O elemento ideológico de oposição às ciências e o retorno para uma perspectiva espiritualista têm sua gênese com a renovação católica na França, no final do século XIX, com o intento de restaurar os valores espirituais nas expressões literárias em oposição ao cientificismo dominante.

No final da terceira década do século XX, das mais de seiscentas escolas secundárias, mais de quinhentas eram particulares. Assim, o ensino confessional das instituições educacionais religiosas expandiu-se, produzindo livros didáticos com seus valores e princípios. Autores como Alceu Amoroso Lima, Franscica Peeters, Guilherme Boing, Amaral Fontoura e Severino Sombra elaboraram livros para as instituições católicas, sendo os arautos da denominada “sociologia cristã”.

## A naturalização das ideias organicistas e a “sociologia cristã”

Os valores patrióticos e cristãos eram à base dos princípios éticos desta vertente de inspiração sociológica, segundo o livro “Programa de Sociologia” de Amaral Fontoura de 1944.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> “O ensino de sociologia deve e precisa ser um ensino de brasilidade. É comum encontrarmos jovens patricios na mais completa ignorância dos problemas sociais do país. Nada sabem a respeito de nossas instituições políticas, desconhecem os problemas econômicos de nossa terra, não tem noção dos problemas que afligem a nossa sociedade [...] Nem se pretenda pensar que estes assuntos só interessam aos candidatos das Faculdades de Direito. Absolutamente não. Conhecer os problemas de sua pátria é obrigação tanto do advogado como do médico. Estar a par das instituições do seu país é dever tanto do intelectual como do operário, tanto do homem de gabinete como do homem de rua! Em suma, conhecer os problemas sociais do Brasil é tarefa da sociologia e é dever do patriotismo. Desenvolver um programa de sociologia viva, como este

Alceu amoroso Lima é citado por Simone Meucci (2000) como um dos arquitetos fundadores desta vertente que se afirmava como científica. Para Amoroso Lima, a Sociologia seria uma disciplina moral, que possibilitaria a efetivação de uma ordem social baseada nos princípios religiosos:

A sociologia cristã tem como objetivo impor a ordem social. Trata-se de um ordenamento peculiar que não se apóia somente na ordem da natureza, mas na ordem sobrenatural, que é definitivamente, segundo Amoroso Lima, a ordem final. Por isso, nos diz o autor, “a moral cristã afirma com autoridade o que deve ser. Por isso, devemos, por fim resumir, a sociologia cristã tem, pois, pretensões normativas legitimadas pela moral cristã (AMOROSO LIMA *apud* MEUCCI, 2000, p. 71).

As concepções acerca das relações entre Estado e políticas educacionais na primeira metade do século XX foi marcada pela influência de concepções científicas entre as teorias que ganhavam representatividade naquela conjuntura. Entretanto, perspectivas científicas e conservadoras marcam também proposições sobre educação no Brasil, como apontado, evidenciando a influência de valores e ideias normativas para ação pedagógica do Estado, manifestados através da proposição e aplicação de iniciativas no campo educacional, marcadas por pressupostos científicos e regressivos.

Para os representantes da vertente que a pesquisadora Simone Meucci (2000) denominou de “sociologia cristã”, as conquistas científicas não seriam dispensadas, mas, seriam apenas as ferramentas para os indivíduos serem guiados pelos pressupostos morais cristãos, seu paradigma principal.

A nascente produção sociológica brasileira foi também influenciada por muitas perspectivas organicistas, que exerceram e ainda exercem embasamento para as explicações dos acontecimentos e transformações nas sociedades.

Contrariando a máxima sociológica da desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais, as correntes da sociologia cristã, através da moral religiosa, e da corrente organicista, por meio de um empirismo normatizador, publicaram livros e discursos, que proporcionaram subsídios ao ordenamento social autocrático do período.

Gyögy Lukács (1959) em sua obra “O assalto à razão” apresentou uma crítica às perspectivas sociológicas fundamentadas como instrumento apologético de legitimação do ordenamento social das classes hegemônica e refutou as análises sociológicas que não estão articuladas com outras determinações explicativas dos fenômenos sociais:

Não podemos tratar aqui mesmo acima, como é facilmente entendido, a sociologia ocidental. Vamos apenas dizer que os sociólogos simplesmente desenvolveram as ideias trazidas pelos fundadores desta nova ciência burguesa: desengajamento escrupuloso dos fenômenos sociais de sua base econômica, o quadro operacional para os problemas econômicos em Outra ciência, completamente separada da sociologia. Com isso, já por si, busca-se e alcança uma finalidade apologética. A desconomização da sociologia implica, ao mesmo tempo, sua des-historicização: desta forma, os critérios determinantes da sociedade capitalista - expostos sob uma deformação apologética - podem ser apresentados como categorias “eternas” de qualquer sociedade em geral. E não acho que vale a pena parar para demonstrar

---

que expusemos é, acima de tudo, fazer obro de solidariedade social e de sadio nacionalismo” (FONTOURA, 1944, p. 17 *apud* MEUCCI, 2000, p. 61).

que tal metodologia não persegue fins outros do que ver, direta ou indiretamente, a impossibilidade do socialismo e da revolução (LUKÁCS, 1959, p. 24-25 – tradução nossa<sup>6</sup>).

A primeira metade do século XX, marcada por uma crescente difusão dos paradigmas científicos e pela discussão acerca da construção das bases de um sistema nacional de ensino público, a sociologia, na perspectiva de muitos intelectuais, deveria ocupar o papel de laicizar a intelectualidade brasileira. Apenas quatro anos depois da criação da primeira cadeira de sociologia na Universidade de Bordeaux, na França, por Émile Durkheim, no Brasil, os positivistas já discutiam a necessidade da sociologia como componente curricular nos debates sobre a reforma educacional<sup>7</sup>. Evidenciando a atualização da denominada “inteligência nacional”, com a difusão e popularização do positivismo na Europa.

Com perspectivas fortemente influenciadas por concepções positivistas e funcionalistas, a Sociologia propiciaria aos estudantes, segundo uma perspectiva normativa, conhecimentos sobre os princípios que regulavam os comportamentos sociais e abriam margem através da análise dos fatos sociais, proporcionando critérios para a compreensão da realidade e da identidade brasileira.

A pesquisadora Simone Meucci (2000), em seu referido trabalho de dissertação de mestrado, defendido sob a orientação de Octavio Ianni, analisou os primeiros livros didáticos de Sociologia publicados por intelectuais brasileiros. O seu estudo trouxe grande contribuição, por apresentar um panorama das relações entre perspectivas nacionalistas de muitos intelectuais, que buscaram subsídio no referencial sociológico para fundamentação de suas propostas.

Meucci (2000) apontou que a nação era uma obsessão entre os temas de interesse dos bacharéis do período, que problematizavam sobre a identidade cultural e política do País, bem como das relações entre as instituições que conduziam a população e o desenvolvimento social, como o Estado e a igreja.

---

<sup>6</sup> “No podemos tratar aqui ni siquiera por encima, como fácilmente se comprende, de la sociología occidental. Nos limitaremos a decir que los sociólogos desarrollan sencillamente las ideas introducidas por los fundadores de esta nueva ciencia burguesa: el escrupuloso desgajamiento de los fenómenos sociales de su base económica, el encuadramiento de los problemas económicos em outra ciencia, totalmente a parte de la sociología. Com esto, ya por sí solo, se persigue y se consigue uma finalidade apologética. La deseconomización de la sociología entraña, al mismo tiempo, su deshistorización: de este modo, pueden los criterios determinantes de la sociedad capitalista - expuestos bajo uma deformación apologética - presentarse como categorías “eternas” de toda sociedad em general. Y no creemos que valga la pena pararse a demostrar que semejante metodología no persigue outro fin que el de hacer ver, directa o indirectamente, la imposibilidad del socialismo e de toda revolución”.

<sup>7</sup> Entre 1890 a 1897, Benjamim Constant, adepto de Augusto Comte, foi ministro da Instrução Pública de Floriano Peixoto e, visando a dar fundamentos científicos para um projeto de reforma do embrionário sistema de educação nacional, apresentou o primeiro Plano Nacional de Educação, em 1881, no qual constava a proposta do ensino obrigatório da disciplina Sociologia. Nos debates sobre a construção das instituições burocráticas do então recente Estado Republicano brasileiro, a proposta de ensino da disciplina Sociologia figurou como possibilidade pela primeira vez nos “Pareceres” de Rui Barbosa, em 1882, sendo apontada pela primeira vez a necessidade da inclusão da disciplina nos cursos preparatórios e superiores, sobretudo, nos cursos de Direito, substituindo a disciplina Direito Natural, evidenciando o impacto da perspectiva histórico-social, que ganhava destaque entre intelectuais e políticos, particularmente o positivismo e o organicismo.



Naquele contexto, o tema da educação, como matriz de um projeto de construção de uma identidade nacional que superasse o provincianismo e a mentalidade colonial, foi colocado como principal motor de novas determinações, que colaborassem para o progresso social.

A articulação entre intelectuais para o projeto nacionalista de Getúlio Vargas foi também apontada por Cândido Moreira Rodrigues (2005), na análise que realizou sobre o debate entre intelectuais conservadores sobre o projeto educacional do Estado Novo, em específico, na publicação varguista de 1938: “A nova política do Brasil”.

Intelectuais não somente nacionalistas, mas de correntes variadas, como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Costa Pinto e Delgado de Carvalho, buscavam construir um diagnóstico da realidade brasileira, que explicasse os motivos da fragilidade das debilidades da jovem República brasileira, assim como instrumentalizar cientificamente as instituições educacionais para a colaboração na construção de um projeto de Estado apropriado as condições nacionais.

A gênese da Sociologia brasileira tem alguns pontos de convergência com a implantação da Sociologia na França denominada Terceira República, pois, nos dois países, a Sociologia, segundo seus primeiros pensadores, deveria ser subsídio para a fundamentação moral e ética no Estado, em substituição aos valores preconizados pela moral religiosa do ensino confessional.

Naquele contexto, as concepções educacionais de Emile Durkheim surtiram grande influência sobre segmentos de intelectuais no Brasil, como o Movimento da Escola Nova.

No Brasil, a influência dos postulados funcionalistas nas propostas e reformas educacionais dos governos republicanos, entretanto, abriu espaço para a disputa de intelectuais defensores do ensino laico e do ensino religioso e, esta disputa, marcou o primeiro governo de Getúlio Vargas, com a influência escolanovista sobre o Ministério da Educação de Francisco Campos. Com a diminuição da influência do ideal da Escola Nova com o golpe do Estado Novo, e, principalmente, após a chegada de Gustavo Capanema no referido Ministério, a inclinação e a influência dos intelectuais ligados à igreja católica foi ainda mais ampliada.

A partir de 1942, com Gustavo Capanema como Ministro da Educação, as ciências humanas foram ainda mais direcionadas para a fundamentação de uma perspectiva de cunho nacionalista e moralista cristão para os conteúdos das ciências humanas nas instituições educacionais, que foram instrumentalizados como fundamento da ordem estatal.

Em sentidos opostos, Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima foram, segundo Meucci (2000, p. 18), os grandes protagonistas do debate e da clivagem sobre os rumos da educação no País entre 1920 a 1950 e, segundo a autora, os professores foram os principais destinatários destas interpretações sobre o caráter e as finalidades do sistema educacional nacional então em debate.

No contexto de instrumentalização do sistema educacional na formação de valores nacionalistas, Rodrigues (2005) apontou também a dualidade na disputa entre correntes laicas e religiosas no Ministério da Educação.

Naquele contexto, o sentido de instrumentalização da educação e das instituições promotoras de cultura como fundamento da identidade nacional era potencializado através das iniciativas políticas do governo Vargas. Naquela conjuntura, o debate educacional nacional, foi marcado por proposições, como

apontado, no campo do liberalismo e do conservadorismo, mas, com expressões científicas, no campo do organicismo e da retórica moralizante de cunho religioso. Estas mencionadas influências, contribuíram em grande medida para a divulgação e legitimação, para a aceitabilidade e naturalização de concepções de ordenamento social onde a educação é interpretada de maneira instrumental para a construção da ordem. Para a normatização de condutas onde a educação é pensada como instrumento e fundamento para o controle social e a divisão social do trabalho.

Estas tradições reativas no debate educacional brasileiro, nos ajudam a entender como as influências de caráter antidemocráticos e antiprogressistas no Brasil subsidiam a interpretação da educação como elemento ordenador e não emancipador.

## Conteúdos curriculares na busca pela ordem e por condutas normativas

Os fundamentos positivistas, funcionalistas e, também, científicas, exerceram grande influência no debate educacional brasileiro. Nesse sentido, Eloisa Fernandes (1994) apontou elementos dos pressupostos da sociologia da educação de Durkheim, que foram importantes para a compreensão da repercussão da recepção ideias funcionalistas entre a intelectualidade nacional, principalmente, na primeira metade do século XX.

Para Durkheim, o educador deve trabalhar as características do “estado de espírito” do educando, que inclina os alunos à conduta de moralidade social. Como apontou Eloisa Fernandes (1994), o “espírito de disciplina”, a “necessidade de vinculação com os grupos sociais” e o desenvolvimento da “autonomia de vontade para aderir livremente à moralidade social”. A educação, nesse sentido, é o exercício da sociedade na psique dos alunos, para preparar os mesmos enquanto futuros adultos “normais”.

A educação é entendida por esta corrente como um processo de internalização de condicionamentos pela sugestão imperativa. A “passividade”, entretanto, só se torna arma nas mãos do educador sob a condição do tom imperativo de suas ordens (FERNANDES, 1994).

As concepções pedagógicas de Émile Durkheim ganham destaque no seu livro “A Educação Moral”, publicado pela iniciativa de Paul Fauconnet, discípulo e depois substituto de Durkheim na Universidade de Sourbonne. A publicação foi possível graças às transcrições que Fauconnet fez das dezoito aulas do curso Educação Moral, lecionado pelo teórico funcionalista entre 1902 e 1903.

As referidas concepções sobre o papel do Estado e os deveres dos professores sobre educação foram disseminadas pelo sistema público educacional da França, com a influência da concepção funcionalista, exercendo, como apontado, grande influência sobre os intelectuais brasileiros.

Ingressando na disciplina escolar, segundo Durkheim, “[...] o misonéismo infantil, a hostilidade à inovação, será fecundado e transformado em desejo de ordem e de regularidade” (DURKHEIM, p. 125 *apud* FERNANDES, p. 155, 1994).

Estas análises sobre as concepções do papel da educação segundo o fundador do funcionalismo, foram desenvolvidas por Heloísa Rodrigues

Fernandes (1994), analisando os conteúdos dos textos durkheimianos menos divulgados, como no referido livro, “Educação Moral”:

Ingressando na disciplina escolar o misonéismo infantil será fecundado e transformado em desejo de ordem e regularidade. É assim que a criança aprenderá a respeitar a regra: “a fazer o seu dever porque é seu dever, porque sente-se obrigada” (E.M., p. 125). O dispositivo escolar esta naturalmente para obrigar a criança à existência sobre regras: ela deve comparecer as aulas com regularidade, ela deve apresentar-se em horários pré-fixados, com a postura e as atitudes convenientes; “na classe não deve perturbar a ordem; devem ter apreendido suas lições, ter feito seus deveres e tê-los feitos com aplicação suficiente etc.” (E.M., p. 125). Ademais obedecendo as regras escolares, aprenderá a respeitar as regras e “adquirirá o hábito de se conter e de se mortificar porque deve mortificar-se e conter-se. É uma primeira iniciação à austeridade do dever. É a vida séria que começa (E.M., p. 126). A disciplina não visa estimular na criança seu desejo de instruir-se, nem é um procedimento para poupar as forças do educador. Sua verdadeira função é de “instrumento dificilmente substituível de educação moral” (E. M., p. 126). A moralidade da classe depende da firmeza do mestre, e uma classe indisciplinada é um perigo moral porque a efervescência é coletiva. Ademais, a complacência com a fraqueza infantil esquece que “as crianças são as primeiras a sentirem-se bem com uma boa disciplina porque, como os povos, são felizes quando se sentem bem governadas” (E.M., p. 128) (FERNANDES, 1994, p. 155 -156).

Na concepção de regra associada à ideia de punição - “obedecer não pela dor da punição, mas pela vergonha da censura do mestre” e “despertar não o medo da punição e sim o amor ao ‘Outro’” -, a sociedade é o “Outro”; além do ser individual, que deve ser introjetado em suas regras e deveres, nas condutas dos indivíduos, segundo Fernandes (1996). Porém, deve haver limites, segundo Durkheim, nas ações de autoridade do professor.

O mal moral em quebrar as regras sociais é, segundo a autor, abalar a crença na autoridade. A censura não deve necessariamente mirar o transgressor, mas especialmente o submisso, para que a ideia da autoridade seja reforçada.

Nessa lógica, a censura deve se transformar em vergonha e a punição em culpa, através da administração racional das punições. Censura, punição e vergonha são elementos difundidos na formação escolar, proporcionando subsídio aos primeiros elementos da moralidade: o espírito da disciplina e seus dois elementos constitutivos, que são o desejo de regularidade e desejo de autoridade (FERNANDES, 1996, p. 168).

O educador é para Durkheim, metaforicamente, um “colonizador” (FERNANDES, 1994, p. 155-156). O espírito de disciplina como natureza do educando é acrescido, segundo Durkheim, pelo segundo elemento da moralidade: a necessidade de vinculação aos grupos sociais, o “gosto pela vida coletiva”, a reverência e obediência à Pátria<sup>8</sup>. Nesse sentido, as concepções

---

<sup>8</sup> “Ademais, para fazer desaparecer definitivamente qualquer contradição, basta que se considere que o patriotismo assume duas formas muito diferentes. Há um patriotismo centrífugo, agressivo, militar, levando os Estados a se excluírem mutuamente. Mas há outro patriotismo, o centrípeto, que procura realizar internamente os interesses gerais da humanidade, fazendo “reinar maior justiça, uma moralidade mais elevada [que] se organiza de modo que haja uma relação crescente mais exata entre os méritos dos cidadãos e sua condição e para que os sofrimentos dos indivíduos sejam mitigados e prevenidos (E.M., p. 65), “[...] uma

funcionalistas, que orientaram políticas educacionais aqui em discussão, contribuíram para uma legitimação da valoração de obediência, solidariedade e vinculação aos grupos sociais e a identificação com os interesses nacionalistas:

O segundo elemento da moralidade, vinculação a um grupo social e, mais especificamente, à pátria, concebida não como uma personalidade egoísta e agressiva, mas como um dos órgãos que através dos quais se realiza a idéia de humanidade, é constituído na criança, produzindo nela uma demanda nova: o gosto da vida coletiva, pois é apenas esta condição que ela poderá ligar-se como convém aos fins coletivos que são os fins morais por excelência (E.M., p. 197). Em outros termos, para que o adulto normal vincule-se aos fins coletivos, dando-se por inteiro a eles, apaixonadamente (E.M. p., 198), há que produzir na criança o gosto pela vida em comum, a tal ponto que não possa sobreviver sem ela. Essa demanda nova será produzida na criança graças à aquisição do hábito de pensar e agir em comum (FERNANDES, 1994, p. 178-179).

O terceiro elemento da moralidade para Durkheim é o que Eloísa Fernandes analisou como o objetivo da formação de uma conduta normatizada pelo próprio desejo do membro da sociedade, a “autonomia de vontade” para obedecer espontaneamente na vida adulta, através da autocoerção, já dispensando os dispositivos de censura da formação escolar e da educação moral.

A escola, elo intermediário entre a família e o Estado, é uma etapa de preparação para a sociedade e seu modelo político organizativo. Moralização não somente pelo conjunto de conhecimentos ensinados, mas, graças ao imaginário que busca reforçar, segundo os pressupostos funcionalistas; “[...] a impotência dos sujeitos fora das normais sociais” (FERNANDES, 1994, p. 188).

## Considerações finais

O debate sobre educação e políticas educacionais no Brasil propiciou formulações de intelectuais expressivos do pensamento social brasileiro, direcionamento conteúdos de concepções científicas e também cientificistas nas publicações de livros didáticos, para a legitimação da construção de uma identidade de valores nacionalistas para a obtenção de condutas normatizadas.

As concepções funcionalistas representavam uma legitimação sofisticada para a defesa do fortalecimento do Estado, para o repúdio das conflitualidades sociais através da valorização da concepção de solidariedade, em oposição à conflitualidades de classes. Assim, a análise sobre as relações entre os ideais nacionalistas e o debate sobre as reformas educacionais do período, proporcionaram importantes elementos para a reflexão sobre a influência e função social de manifestações intelectuais, conservadoras que foram expressivas e ainda deitam influência na contemporaneidade.

---

patriotismo científico, artístico, industrial, ou seja, pacífico (E.M. p. 66)” [...] “No que é da família, a própria família basta para despertar e manter no coração de seus membros os sentimentos necessários a sua existência. Ao contrário, no que é da pátria, mas da pátria assim entendida, a escola é o único meio onde a criança pode aprender metodicamente a conhecê-la e amá-la. E é aí precisamente que está o que constitui hoje o papel primordial que cabe à escola na formação moral do país. (E.M., p. 67)” (FERNANDES, 1994, p. 96 a 98).

Nesse sentido, a análise e a referência aos intelectuais e publicações da imprensa da primeira metade do século XX proporcionaram elementos, ainda que introdutórios, para a compreensão sobre a presença das tendências conservadoras e, também científicas nos debates políticos, evidenciando também como a valorização da temática educacional propiciou a busca pela difusão de uma imagem do Brasil que favorecesse a coesão e a integração da população, fundamentadas como valores que propiciariam a “solidariedade orgânica” entre os cidadãos e a nação, pela qual o civismo, o patriotismo e a religiosidade eram propalados como dever moral. Esses elementos são importantes para a discussão da presença de componentes regressivos presentes nos debates educacionais da conjuntura nacional daquele período.

O conservadorismo, a retórica científica e nacionalista, marcaram também os debates e proposições sobre a temática das relações entre Estado e educação no Brasil. Ao se refletir sobre uma suposta “onda Conservadora” na sociedade brasileira contemporânea é fundamental o resgate da influência de perspectivas, a direita do espectro político, em específico, suas manifestações reativas e contrárias aos valores de progresso e razão (LUKÁCS, 1959).

## Referências bibliográficas

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma**. São Paulo: Unesp, 2015.
- BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- LIMA, Maria R. Soares de; CERQUEIRA, Eli Diniz. O modelo político de Oliveira Vianna. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 30. Belo Horizonte: UFMG, p. 109, 1971.
- CARVALHO, Delgado. **Sociologia**. São Paulo: Francisco Alves, 1931.
- FERNANDES, Heloísa. **Sintoma social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim**. São Paulo: EDUSP: Escuta, 1994.
- LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**. Fondo de Cultura Económica, México, 1959
- MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Campinas: UNICAMP. 2000. (Dissertação de Mestrado).
- PÉCAULT, D. **Os intelectuais e política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1979.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.
- PERUCCHI, Luciana. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a Ditadura Militar: os livros didáticos de OSPB**. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 60-61 (Dissertação de Mestrado).

**Recebido em: 11/10/2018.**

**Aprovado em 22/12/2018.**